



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA
PREFEITURA MUNICIPAL

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 09

DATA: 13/09/2016

LEI Nº 468/2016

DISPÕE SOBRE FIXAÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA A LEGISLATURA DE 2017 a 2020 AOS EDIS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA, Estado da Paraíba, faço saber que a Câmara Municipal de Santa Terezinha aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Fica autorizado a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Terezinha-PB, FIXAR subsídios aos edis do Poder Legislativo Municipal no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

Parágrafo Primeiro - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os 7% (sete por cento), relativos ao somatório da receita tributária e das transferências efetivamente realizado no exercício anterior, observados os arts. 29-A, I 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição Federal.

Parágrafo Segundo - O vereador que estiver no exercício da Presidência receberá a título de representação o valor correspondente a 100% do subsídio que perceber o vereador.


Art. 2º - O subsídio de que trata o artigo anterior poderá ser revisto anualmente, obedecidas às disposições contidas no Art. 37, inciso X, da Constituição Federal, e Art. 20, inciso III, alínea "a" da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 3º - As despesas derivadas da execução da presente lei correrão à conta das dotações constantes da Lei Orçamentária e não poderão exceder os limites de gastos com pessoal de que trata os arts. 19, III e 20, III, "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Terezinha – PB, 13 de Setembro de 2016.



José de Arimatéa Nunes Carneiro
PREFEITO CONSTITUCIONAL 2013/2016

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, PROCESSO Nº.
00175/21**

**SUBCATEGORIA: ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO.
EXERCÍCIO 2021
ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO.**

José do Egito Rodrigues Alves, Presidente da Câmara Municipal de Santa Terezinha, tendo sido notificado a apresentar envio de documentação referente ao processo nº00175/2021, acompanhamento de gestão, certifica que não houve aprovação de norma que fixasse os subsídios dos vereadores para a legislatura compreendida entre os exercícios de 2001 a 2024.

Esse Poder Legislativo atendendo as orientações do Tribunal de Contas do Estado, está à disposição para quaisquer esclarecimentos com relação ao referido processo.

Santa Terezinha, 09 de março de 2021.

**José do Egito Rodrigues Alves
Presidente**